

Os Painéis de Nuno Gonçalves ou uma reflexão acerca da provisoriedade do conhecimento histórico

Em 2003, surgiram na imprensa ecos da publicação de um livro da autoria de Jorge Filipe de Almeida e Maria Manuela Barroso de Albuquerque, intitulado *Os Painéis de Nuno Gonçalves*, onde os autores defendem, baseados em fortes provas documentais, que os painéis estão assinados e datados e que a data e a assinatura se encontram na bota e no botim de D. Duarte e de D. Afonso V, no painel do Infante. A data de 1445, confirmada por peritagem paleográfica efectuada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sustenta a leitura dos símbolos aí inscritos. Além disso, análises à madeira do Báltico usada como suporte da pintura, demonstram que esta é suficientemente antiga para corroborar aquela data. Partindo da premissa de que 1445 é, *de facto*, a data da feitura dos painéis, os autores propõem uma leitura iconográfica diversa da tradicional. Sustentam que o santo ali representado é D. Fernando, o Infante Santo, morto em Fez em 1443, e não São Vicente, cujos atributos distintivos não se encontram presentes na pintura.

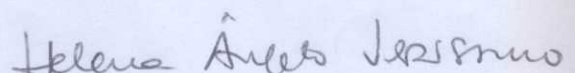
A tese, que tem tido uma boa aceitação por parte de especialistas estrangeiros não é, no entanto, aceite por alguns especialistas portugueses, apesar das fortes evidências que a corroboram. Esta atitude é tanto mais incompreensível quanto, ultrapassados que são de há muito os paradigmas positivistas, é hoje reconhecida pela comunidade científica a noção de explicação provisória. E se essa noção se aplica a todas as áreas do saber, aplica-se obviamente à explicação histórica. Sabemos que não existe uma explicação final em História, uma vez esta parte de hipóteses explicativas que se confirmam ou refutam através de construções empíricas cada vez mais específicas.

Os historiadores actuais, preocupados com o rigor das observações empíricas e com a adequação das inferências, fundamentam as suas abordagens na evidência demonstrada pelas fontes, fazendo depender o grau de aceitabilidade de uma explicação da sua consistência.

Ora, neste caso, parece-nos que os autores se basearam na evidência, confirmada quer por uma consistência empírica, quer pela coerência e plausibilidade das fontes documentais, e numa lógica fundamentada na análise científica.

A leitura dos painéis de Nuno Gonçalves que nos é proposta é uma explicação plausível, acrescentando novos dados que demonstram a provisoriedade algumas outras explicações anteriores. Quem sabe se amanhã esta não poderá também ser uma explicação provisória? Mas até lá, esta é a mais definitiva que temos.

Helena Ângelo Veríssimo



Presidente da Associação de Professores de História